





CONTEÚDO

05

LÁ FORA

Secção dedicada a assuntos internacionais.

26

CÁ DENTRO

Secção dedicada a assuntos nacionais.



31

A MEU VER

Secção dedicada à opinião.

42

(CRIA)TIVIDADE

Secção dedicada à expressão criativa.

ÍNDICE

Nada El-Majri "The Earthquake"", pg. 5

Diogo Moreira "O Legado de Jacinda Ardern.", pg. 8

Tiago Coelho "Espionagem e Reações em Tempos de Gradual Desordem", **pg. 12**

Joana Fernandes "The Catholic Chaurch and Its Sins", pg. 16

Natacha Pernas "E agora, que dizeis vós, Brexiteers?", pg. 21

Eduardo Barroso "6623: Já Cá Estamos Outra Vez", pg. 26

Alexandre Góis "A Verdade na Política e na Vida", pg.

João Dias "On Life, Choice and Religion: An Analysis on Don Marquis' "Why Abortion is Immoral"", pg. 37

Cristian Bancu "Crossword: 1312", pg. 43

Isabella Baltazar "Miss Sloane: "Uma Mulher de Armas"", pg. 46





The Earthquake.

BY NADA EL-MAJRI

On the 6th of February, the Kahramanmaras earthquake catastrophically hit southern and central Türkiye, as well as northern and western Syria. It occurred at 04:17 in a coastal town called Gaziantep with a 7.8 on the Richter scale, and with a second 7.7 earthquake occurring only nine hours later. Since then, the earthquake has been followed by more than 2100 aftershocks, causing extensive infrastructural damage and, as of February 24th, over 50,000 deaths in Türkiye, and around 7000 deaths in Syria.

A large winter snowy storm has hampered rescue efforts, and due to the freezing temperatures in the area, survivors, especially those trapped under the rubble, have been at a great risk of hypothermia.

These earthquakes have been noted to be the deadliest natural disasters in Türkiye's modern history, causing close to \$85 billion worth of damage, and leaving around 1.5 million people homeless. In Türkiye, by the 23rd of February 2023, the Ministry of Environment, Urbanization and Climate Change conducted damage inspections for 1.25 million buildings; revealing 164,000 buildings were either destroyed or severely damaged

In Syria, over 6,760 people were killed, and around 14,500 were injured. The Syrian Ministry of Health has recorded over 2,234 earthquake-related deaths and 2,950 injuries in government held areas, most of which were in the provinces of Aleppo and Latakia. In rebel-held areas, at least 4,526 people have died, and 2,200 others have been injured. It was estimated that up to 5.37 million people across Syria might have been made homeless, while a total of 10.9 million people, nearly half of the country's population, were affected. This is especially tragic because Syria has been in a constant state of civil war for over twelve years, which has resulted in thousands of deaths, injuries, and left thousands more homeless.

Leaving the statistics aside, what's happening now?

The international community certainly pulled through. Various countries and organizations have responded to the earthquake. At least 105 countries and 16 international organizations pledged support for victims of the earthquake, including humanitarian aid.

More than eleven countries provided teams with search and rescue dogs to locate victims under the debris, and monetary support was offered as well.

However, outreach to Syria was "less enthusiastic", because of the Western sanctions on the country as well as the limitations imposed by the government or humanitarian organizations, who are prevented from operating outside areas of their control. These sanctions are a series of economic restrictions imposed by the EU, the US, Canada, Australia, Switzerland, the Arab League, as well as other countries, mainly as a result of the repression of civilians in the Syrian Civil War from 2011 onwards.

The US sanctions against Syria are the most severe, as they affect third-parties as well, and amount to an embargo. The intent is to prevent the Syrian government from employing violence against its citizens and to motivate political reforms that could solve the root causes of the conflict. A number of humanitarian aid exemptions have been embedded within the sanctions mechanisms to allow approved humanitarian aid to civilians living in Syria; nonetheless, many of these have been blocked due to the effects of sanctions. The U.S later temporarily lifted some sanctions which allowed many charity organisations to send money to Syria.

LÁ FORA As well as this, as of February 13th, Ankara (the Turkish capital city), and the Turkishbacked Free Syrian Army brigade were accused of blocking aid convoys, sent by the Autonomous Administration of North and East Syria, from entering the north-west region, where Idlib lies, one of the Syrian cities that was most affected. The United Nations further criticised Russia's attempts to block delivery of aid through checkpoints to rebelheld territories. Secretary General António Guterres urged the Security Council to immediately permit aid flows into Northwestern Syria. The United States appealed for the immediate opening of all closed checkpoints to send in relief efforts to all parts of Syria; calling for an emergency UN Security Council meeting to increase humanitarian assistance through the northwest and open up more border crossings for the entry of UN aid. What now? For now, there's not much more to do other than continue to send in monetary donations to the Red Cross/Crescent, Save the Children, UNICEF and most importantly to the White Helmets. In regards to personal action, you can visit your local Turkish and Syrian embassies or consulates and donate clothes, non perishable foods, and most importantly, baby clothes, nappies, wipes, powder, etc. Make sure to research what both countries

are currently accepting, what they have enough of, and what they **don't** want as

donations.

O Legado de Jacinda Ardern

POR DIOGO MOREIRA

No mês passado chegou ao fim a história de Jacinda Ardern enquanto primeiraministra da Nova Zelândia. Numa despedida emocional, a chefe do governo neozelandês demitiu-se do cargo afirmando que não procuraria a reeleição enquanto líder do Partido Trabalhista. Poucos previram esta saída de Ardern, numa altura especialmente má para o Partido Trabalhista e para o Governo que lideram: a inflação alta, uma economia incerta e a crise da falta de habitação acessível contribuíram para uma atmosfera política indesejável. Chris Hipkins foi eleito novo líder do Partido Trabalhista e assumiu o cargo de PM a 9 meses das eleições legislativas, que terão lugar em outubro, herdando a difícil tarefa de concluir o que o governo de Ardern deixou por cumprir.

Jacinda Ardern é, para todos os efeitos, uma política profissional, que durante a sua curta carreira sempre se dedicou ao serviço público.



Com 28 anos foi eleita deputada para o parlamento neozelandês, chegou a deputy leader do partido em 2017 (uma espécie de vice-presidente do Partido Trabalhista) e em agosto do mesmo ano foi eleita líder dos Trabalhistas. Em outubro desse mesmo ano, torna-se líder de um governo minoritário de centro esquerda com apoio de outros partidos, tendo exercido o cargo de primeiraministra desde então.

O seu mandato foi desde logo marcado por um evento trágico, os ataques terroristas islamofóbicos em Christchurch que vitimaram 51 pessoas, onde Ardern demonstrou um enorme apoio ao seu país e aos neozelandeses face ao drama que enfrentavam. A sua personalidade e maneira de lidar com o evento conferiu-lhe grande projeção mundial. Mas o seu major holofote foi a ação do seu governo face à pandemia da COVID-19. Quando a pandemia surge, Ardern torna-se numa cara decisiva da política pública de combate à COVID no seu país, O mundo debatia-se, então, com questões sobre a aplicação dos confinamentos; se deveriam ser seguidas as orientações de saúde pública dadas pelos especialistas em detrimento do estado da economia nacional.

A maneira como Ardern seguiu e aplicou os conselhos dos especialistas em saúde pública tornaram a primeira-ministra neozelandesa na figura de maior destaque a nível internacional no tocante a este tipo de resposta à pandemia, granjeandolhe uma popularidade mundial e nacional tão excecional, que em 2020 alcança a maioria no parlamento neozelandês, um feito algo extraordinário num sistema de representação proporcional onde os partidos mais pequenos conseguem garantir fatias consideráveis dos votos. Todavia, a popularidade de Ardern, tanto internacional como nacional, tem vindo a decrescer, fruto de um panorama económico que tem vindo a sofrer os choques do pós pandemia e da sua priorização muito rigorosa em seguir as orientações de saúde pública e fechar quase totalmente a economia.

No entanto, não há que negar que os 5 anos de mandato de Ardern foram notáveis e atingiu um reconhecimento global que muito provavelmente nunca nenhum outro primeiro-ministro do seu país teve. Isto leva-me a avaliar aquilo que fez com que Ardern fosse uma boa primeira-ministra e fosse tão acarinhada. O facto de ser uma mulher jovem, que falava para as pessoas, possuidora de um discurso empático e autêntico, demonstrando muita honestidade, respeito e uma efetiva conexão com os neozelandeses.

O facto de ter sido mãe enquanto exercia o cargo também ajuda a explicar o seu caráter mais emocional e genuíno, e a verdade é que as pessoas sentem um certo encanto por este tipo de história. Importa também deixar a nota que Ardern sobe ao poder numa altura em que o Ocidente é confrontado com o surgimento de movimentos populistas em todo o mundo, um panorama personificado por Donald Trump nos EUA, Jair Bolsonaro no Brasil ou até Boris Johnson no Reino Unido (um tipo de populismo bastante diferente dos anteriores). A primeira-ministra trabalhista foi vista como um antídoto aos populistas, e grande parte da sua reputação internacional pode ser retirada daí.

Apesar de tudo isto, Jacinda Ardern abandona o cargo porque, segundo a própria, está esgotada pelo esforço físico e mental de ser chefe de governo e ao mesmo tempo tentar manter um equilíbrio entre esse dever e a sua família. Quer sobretudo estar mais presente na vida da sua filha de 4 anos, Neve. A importância que dá à sua família é um traço inerente ao seu ser enquanto política, e por isso decidiu, coerentemente, que não continuaria no cargo para poder desfrutar do seu tempo com a família.

Mas não é só por estes motivos que abandona o executivo. A realidade é que a popularidade da líder do Partido Trabalhista tem baixado muito ultimamente: em dezembro do ano passado, menos de 30% dos neozelandeses atribuíam um rating positivo a Ardern.

Ora, isto torna-se num ponto relevante quando sabemos que o Partido Trabalhista irá a votos para o parlamento em outubro próximo, numas eleições onde a sua vitória não parece estar no horizonte. Assim sendo, embora a sua reputação internacional possa ser mais positiva, a realidade é que as expectativas políticas nacionais de Ardern estão a fraquejar quando confrontada com as situações difíceis da economia do país e com os resultados fracos que são esperados do seu partido nas próximas eleições. Se contarmos, então, com o esgotamento físico e mental da primeira-ministra, e a vontade de dedicar mais tempo à sua filha, compreende-se a renúncia ao cargo.

Aberta a corrida à sua sucessão, o
Partido Trabalhista escolheu Chris Hipkins
como seu novo líder, tornando-se,
consequentemente, no novo primeiroministro da Nova Zelândia. Hipkins é
considerado um grande aliado de Ardern e
do seu governo: "She has been one of New
Zealand's great prime ministers". Foi o
ministro responsável pela resposta à
COVID-19 da administração de Ardern,
estando, portanto, associado a políticas
da primeira-ministra que a tornaram um
pouco impopular.

A administração de Hipkins não irá diferir muito da da sua antecessora, mas no seu estilo e persona política é diferente de Ardern: um político de carreira mais low key, respeitado pelos seus pares e pelo seu trabalho enquanto ministro e pela eficaz administração dos vários cargos que já exerceu. Não é uma super-estrela política como Ardern, mas a mudança também parece necessária numa altura em que os neozelandeses começam a preocupar-se mais com o dinheiro no bolso ao final do mês com inflação alta e uma economia incerta, do que propriamente com o orgulho na reputação internacional de Ardern.

Que desafios enfrenta o novo primeiroministro? Poderá ele dar vida ao Labour
nas eleições de outubro? Normalmente,
os novos líderes representam novos
começos e uma reativação da força do
partido. Talvez a economia do país
melhore seguindo as tendências das
economias asiáticas. Mas, honestamente,
Hipkins precisará sobretudo de sorte,
porque o partido de centro-direita, o
Partido Nacional, está a ganhar força e
tem estado, com bastante consistência,
à frente do Partido Trabalhista nas
sondagens. Portanto, a fortuna irá ser
decisiva para o sucesso de Chris Hipkins.

Os políticos costumam ter egos grandes, adoram os holofotes e a atenção dada a qualquer um dos seus feitos, muitas vezes esperançosos que as sondagens melhorem e se transformem em resultados eleitorais para continuar no poder. Neste sentido, Ardern é uma política diferente, incomum, que quando assumiu a liderança do seu partido em 2017 fê-lo perante muita incerteza quanto à sua capacidade de liderança. Sempre se demonstrou como uma grande defensora da importância da família e do equilíbrio entre o trabalho e a sua vida pessoal.

Se o seu partido tiver um resultado mau nas eleições (e restantes sondagens), poderá ser vista como uma desistente que abandonou o seu navio num momento particularmente difícil para não carregar o fardo de perder as próximas eleições, passando a batata quente para as mãos de Hipkins, atirado às feras numa eleição talvez impossível de ganhar.

No entanto, a maneira empática, verdadeira e autêntica como falava para o seu povo era uma notável característica da sua qualidade de liderança que a distingue dos demais, e o mundo certamente reconheceu-lhe muitas qualidades na sua governação.

Podemos não ter muitas lições a retirar da sua saída, mas sem dúvida que da sua governação ficam algumas ilações importantes de reter.





Espionagem e Reações em Tempos de Gradual Desordem

POR TIAGO COELHO

A espionagem nunca desapareceu. Os casos de suspeita, que andámos a espreitar nas notícias este mês, trazemnos sugestões do que poderá ser o futuro da guerra híbrida, entre as grandes potências, e, portanto, de que países, neste caso, se vão aventurar e arriscar a ser expostos pelas escolhas aliadas. O mais relevante, ainda assim, é estudar a forma e o conteúdo das reações dos Estados a estes incidentes, pois serão essas que nos indicam a postura e estrutura institucional e racional quanto ao lidar com estes episódios.

O, ou os balões de espionagem e outras inovadoras armas de espionagem (assim se profere), vieram dar novas formas às guerras híbridas e em que espaços poderão voltar a consignar-se, com o toque especial da potência estabelecida, a China. E a reação esperada da administração americana, em conformidade com imensa desconfianca neste período histórico em que reina a incerteza, interpreta e traz ao público os acontecimentos com esforçada bonança, mas enfraquecida pela gradual desordem internacional. O facto destes objectos ainda não terem sido identificados é preocupante para os EUA, sobretudo pelo facto de ter sobrevoado o seu espaço aéreo e território. Factualmente, se esta não é uma demonstração de força e confrontação por parte de Pequim, então o critério com que lemos os acontecimentos perde-se.

Institucionalmente questionemo-nos quão confusa e desordeira anda a política interna nos EUA, e, por sua vez, como é que isso se reflecte nas diferentes abordagens perante certos tópicos com o rival.

Porque sai nos órgãos de comunicação e são declarados agora, no mês de Fevereiro, que o secretário Antony Blinken estaria calendarizado a visitar Pequim? O que levou a administração Trump a lidar com o assunto de outros modos, e será mesmo que podemos assumir que Donald Trump não foi informado, ou, que, sob a sua administração Washington ainda não era totalmente capaz de detectar estes aparelhos?

Aparentemente, caso as agências de inteligência americanas diligenciarem e adaptarem os radares, como fizeram, a procurar objectos mais pequenos, os EUA poderão produzir tomadas de decisão e seguir as pegadas da União Soviética quando a história era outra em 1956, ou seguir, por outro lado, o rumo da cautela e não seguirem qualquer frenesim costume dos canais de comunicação. Por estas razões, a doutrina americana parece, mesmo assim, ter sofrido alguma turbulência. As distintas reações das várias instituições americanas, são por vezes típicas, mas não tão habituais quanto a casos que põem em causa a segurança doméstica, e muito menos quando a Presidência demorou a libertar informação. Portanto, o arrastar da situação pode tanto definir dificuldades internas em tomar decisões executivas. como, quando se pondera o abate destes objectos.

Concomitantemente, a decisão pode seguir uma filosofia de serenidade, característica da liderança de Joe Biden e da sua equipa, em conformidade com o Secretário da Defesa americano e Segurança Nacional, eventualmente por terem decidido estrategicamente esperar que este balão atravessasse o país de uma ponta à outra, por razões estratégicas óbvias para se informarem quanto aos padrões de movimento, e quão eficazes são estes aparelhos na recolha de informação.

Estes balões conseguem ser controlados e manuseados, e por suposição das análises oficiais feitas, carregam equipamentos de colecta de informação, que, comparativamente com satélites espaciais, não são igualmente precisos, por estarem mais perto do solo. Talvez, no caso de possuírem uma função meteorológica, conforme foi esclarecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da China numa declaração feita ainda esta semana, o que impressionou de facto a maior parte dos jornalistas americanos, dos civis e dos oficiais do Estado foi a dimensão e contínua navegação linear, após ter sido detectado.

O facto de terem sido detectados, alguns, desde a sua partida da Ásia Oriental, e seguidos desde o lançamento transmitenos algum padrão na atitude propositada no esforço sereno americano perante esta situação para com a protecção e defesa nacional, mas pode ter sido apenas um caso raro, que de facto não sucedeu com os restantes objectos detectados ao longo da América do Norte. Estes últimos foram destruídos pelas defesas americanas, pouca informação foi publicada e muito menor foi a paciência e curta a avaliação de como agir.

Qual a narrativa, na hipótese de haver uma, que o governo chinês pretende construir a partir daqui, e vice-versa? Esta vai ser uma das mais relevantes questões sobre este tema. Na eventualidade de casos de espionagem serem descobertos, o que decorre daí na consequência de justificar estes incidentes. Consequentemente, será a narrativa e a adaptação discursiva, que ambos os lados vão ser obrigados a renunciar e comportar, igualmente na transmissão de conclusões, de dentro para fora (ao público), que realmente nos dirá o que se está a passar.

A verdade é que, do lado chinês perceciona-se relativa paciência e menos renúncia aos princípios base do seu cariz sereno e unitário, que, comparativamente do lado americano não se revelou, o medo e insegurança anda gradualmente a ser transferido de um polo para o outro. A razão? A desordem gradual nas relações internacionais e domésticas americanas.



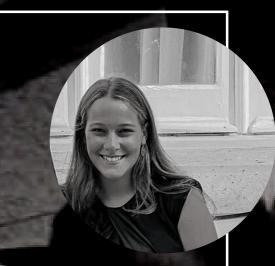






The Catholic Church and Its Sins

BY JOANA FERNANDES



'Mother and baby homes' were institutions created with the purpose of housing women who became pregnant outside of marriage. As we can imagine, in the 20th century, with Ireland being a predominantly Catholic country, this was undoubtedly considered socially unacceptable. Moreover, it called for the removal of these women from everyday life, keeping them hidden from prying eyes.

However, as we'll see, these institutions, often run by orders of Catholic nuns, were not only used as "shelters" for women in vulnerable situations, who were often ostracised by Irish society and their families.

Tuam, County Galway, besides being one of the most mediatized cases, was home to one of the Mother and Baby Homes, run by the Bon Secours Sisters. It started functioning as such in 1925, only closing almost forty years later, in 1961, mainly due to its poor conditions. This is just one of the many Mother and Baby Homes, also known as Magdalene Laundries, where 35.000 "fallen women" were sent to "secretly" have their children.

In 1975, after the prior beginning of construction work of a housing project in 1972, two young boys found skeletal remains in a concrete structure in the location of the former Tuam home. At the time, given the famine period in Ireland between 1845/49, these were dismissed as part of a famine-era grave, and later a memorial garden with a Catholic shrine was erected in memory of the victims.

However, in 2012, an amateur historian named Catherine Corless published an article in a local journal entitled "The Home", detailing the poor living conditions in Tuam's Magdalen Laundry. She found that children and their mothers in this home lived in bad conditions and, along with other factors such as various diseases, this led to a high child mortality rate.

It's obviously important to acknowledge that in this period Ireland had a high infant mortality rate. The problem, however, is found in the fact that there are no records of the burials of these babies. In her search to uncover the seemingly foggy circumstances of these events, Corless was only able to find records of burial sites of two cases out of 796.

In 2014, consequently, when news of a possible mass grave of up to 800 children broke out, the Irish government ordered the creation of a nationwide commission of investigation of these homes. Inquiries were made concerning general causes of death, burial arrangements, and participation in vaccine trials for diseases such as diphtheria, polio, measles, and rubella that were carried out without consent.

Additionally, they were also responsible for the investigation of the adoption processes that occurred over a 76-year period, counting from 1922, the founding year of the Irish state, until 1998. As such, from the beginning, children were separated from their mothers at birth, and raised by nuns elsewhere in the asylum until they were adopted.

Adoption was illegal in Ireland until 1953. However, there was a significant trade in the export of Irish babies, mainly to America after World War II. In this matter, the report found no statutory regulations for the foreign adoptions of 1,638 children, Mike Milotte, an Irish journalist, reports in his book Banished Babies, that these unofficial adoptions were arranged by Catholic organisations in both countries. Moreover, the prospective parents were required to be Catholic and no "mixed" marriages were allowed.

There is also the issue of consent from the mothers to these adoptions. Many were coerced. For example, one witness tells how she was locked in a room and told she would only leave after signing the adoption papers for her baby.

Others simply never saw their children again, never even signing any papers.

With searches in the Tuam site beginning in 2016, and coming to fruition on March 4th, 2017, the established commission confirmed that during the excavations "significant quantities of human remains" were found, ranging in age from premature babes to three year old toddlers who died during the extent of time this home operated.

Finally, in 2021, the inquiry led to the conclusion that 9,000 children died in the 18 institutions under investigation - about 15% of all the children in these homes.

Even so, some aren't satisfied. The Coalition of Mother and Baby Home Survivors claimed that this report ignored the larger issue concerning the forced separation of single mothers and their children.

Yet, women and young girls were not the only victims of this policy of 'containment' as James M. Smith puts it in his analysis of "Ireland's Magdalen Laundries and The Nation's Architecture of Containment".

State reports later showed that children who were victims of institutional and clerical child sexual abuse were also incarcerated in these institutions and locked away from the public eye.

Moreover, illegitimacy and infanticide were also reasons for the exclusion of society.



James M. Smith, once again, argues that this 'culture of containment' is a consequence of the then emerging national identity of Ireland. In addition, the necessity for Irish society to conform to the idea of 'community over the individual' and 'Catholic moral values' acted as a catalyst in the collusion of church, state, and, inevitably, society on this matter. As a matter of fact, even though the Church ran many of Ireland's social services, and the institutions were run mainly by nuns, the Mother and Baby homes received state funding.

Life in these institutions consisted of a strict regime of prayer, silence, and work in a laundry, and what was once a project of rehabilitation and reform, mainly turned into punitive action. Relatives and anonymous testimonies alleged many babies were mistreated because they were born to unmarried mothers. Moreover, there are reports of verbal abuse perpetrated by nuns, being addressed as "sinners" and "spawns of Satan".

In these homes, according to government records, the mortality rate for children born from these 'fallen women' was often more than five times higher than those born to married parents. We can, once again, discuss the naturally high mortality rate of the time, and the non-existent vaccines which could've saved thousands of children, but we can not ignore the conditions in which these people were held in.

During the Commission's investigation, for example, some of the mothers in the homes reported "having to do physically exhausting work up to the verge of giving birth, or very soon after (as little as two or three days) immediately afterwards (...)". This was not only cruel but a potential health risk to these women given that while cleaning "post-birth stitches [burst], flooding the floor with blood". Moreover, nuns would often "re-dirty" the surfaces that had been cleaned, forcing them to repeat tasks.

The children that resulted from sex out of wedlock, were also victims of this kind of abuse. Some accounts tell a story of neglect, "I was locked into a dark room for a day, or sometimes two", "I was never sent to school", "I used to wet the bed at night, and every morning, the nun would hit me before she grabbed my left ear (...). Doctors told me that my ear suffered permanent damage.", "[We] were the product of an evil union and being made to suffer for the sins of your parents."

Interestingly, one survivor voices what many might think of this situation, "I wonder how they could be so cruel to little children in a religious country." Indeed, why?

Even though it's crucial to understand society's role in these events, we must also question 'was it society that conditioned the Church's attitude, or the other way around?'. This is what the final report of the Mother and Baby Homes Commission of Investigation had to say about the influence of religion on social attitudes:

The Catholic Church did not invent Irish attitudes to prudent marriages or family respectability.

It seems impossible to think that a deeply intertwined country, like Ireland, with the Catholic Church, could escape its prejudices and attitudes concerning these issues. Thus, the Commission's final report came as a disappointment to many, mainly, because it failed to acknowledge the fault that Church and State had in these people's suffering, concluding "responsibility for that harsh treatment rests mainly with the fathers of their children and their own immediate families."

Communities trusted the clerical body to help them, but the only answer they had, came in the form of shaming and ostracization. Nuns and priests, the main actors in this tragedy, were representatives of the Church, and they acted in a way that perpetuated harmful ideas such as sexual immorality and social exclusion.

The reality is that the Catholic Church has repeatedly been caught red handed when it comes to its participation in systematic abuse and oppression, whilst upholding a deeply misogynistic culture. The need to maintain a 'pure' and unrealistic status quo, alongside its 'moral authority', gave way to thousands of children being separated from their mothers and vice versa; conditioning any actions that might have been taken to truly help them. All this while there was no discrimination when it came to 'fallen women', disregarding victims of paedophilia, rape and incest.

We also know that this isn't a particular or unique phenomenon to Ireland, nor is it exclusive to the Catholic Church. But we do know that they were one of the main perpetrators of these events, seeing that most were Church-run homes.

Moreover, the relation between Church and State, and their shared interests, also allowed for legislation against contraception, divorce, and censorship to be put in place. Therefore, we might recognize that the stigma revolving around marriage and sex, were far more brutal than any consequence "moral impurity" could have had.

Thus, when looking at these institutions that undoubtedly ruined entire lives on the assumption that the victims led a 'sinful' and condemnable conduct, what can we take from the known sins of the Church?



E agora, que dizeis vós, Brexiteers?

POR NATACHA PERNAS



De Bruxelas a Londres distam 320 quilómetros; a 1 de janeiro de 2020, no entanto, a distância acentuou-se na sequência de uma decisão muito pouco consensual: o Brexit.

Passados três anos, somam-se várias

razões para o arrependimento e são poucos aqueles que mantêm a convicção de que a decisão tomada terá sido a mais acertada.

O Reino Unido aderiu ao projeto europeu em 1973. Se não tivesse ocorrido a saída da UE, se não fosse esta uma realidade, celebrar-se-ia no presente ano o seu 50° aniversário. Há três anos, por várias razões, a permanência na órbita europeia tornou-se insustentável e a Europa dos 28 viu sair um dos seus grandes.

Os brexiteers recorreram a um vasto conjunto de ideias como argumentos para a saída do Reino Unido.

Uma maior autonomia face a Bruxelas que, se traduzida na capacidade de implementar políticas mais liberais, é um argumento plausível (contrariamente a outros invocados).

A possibilidade de estabelecer acordos de comércio com outros países, nomeadamente os da Commonwealth, e a aproximação aos Estados Unidos é um argumento que explica a incompatibilidade com o projeto europeu, que nas últimas décadas tem rumado para outra direção. Este segundo argumento é dificilmente atendível uma vez que se tem provado exatamente o contrário: do ponto de vista político, foi possível observar pelos últimos anos que as políticas implementadas contribuíram fortemente para a diminuição da credibilidade britânica no exterior e a consequentemente incapacidade de cooperar com os países que almejava nos mais diversos sectores.

A Grã-Bretanha é a terceira maior potência militar e a quinta maior economia global, porém engane-se quem acha que a União Europeia foi a única a perder com a saída de um membro.

Enquanto membro, a presença na União Europeia permitia a ocupação de uma posição privilegiada na medida em que possuía em Bruxelas porta-vozes dos interesses nacionais, o que se perdeu depois da saída.

As relações estão hoje enquadradas num xadrez geopolítico diametralmente diferente e uma vez fora do projeto europeu não se pode esperar que se possa continuar a viver como se dele fizéssemos parte, podendo escolher as áreas em que a cooperação é profícua e aquelas em que desejamos estrategicamente possuir autonomia. Esta talvez tenha sido a perceção com que muitos ficaram e que justifica a sua decisão inconsciente e imponderada.

As linhas definidoras do modelo de cooperação anglo-europeu sempre foi um motivo de tensão entre as partes. O debate sobre a parceria anglo-europeia não se pode esgotar no campo económico mas deve estender-se a questões mais transversais ao velho continente tais como a imigração ou as ameaças à segurança interna.

Se há 3 três anos abundavam certezas, hoje estou convicta de que a dúvida e o arrependimento reside nas almas dos brexiteers.

Uma em cada cinco pessoas favoráveis ao Brexit revela hoje estar arrependido, 57 % é favorável a uma hipotética permanência na União Europeia e 1 em cada 2 britânicos reconhece que o Brexit enfraqueceu a economia do país.

A indignação vem com três anos de atraso bem como a ponderação face a uma ação cujas consequências são irreversíveis.

Há que ser franco e não esconder as variáveis por constituírem um contraponto à tese que defendemos. A pandemia, a guerra no continente europeu e a inflação que no país já ultrapassa os dois dígitos afetaram o curso económico dos países europeus, e o Reino Unido não foi exceção. Porém, a resposta dada às situações previamente mencionadas foi muito diferente e revelaram a dificuldade do país em lidar com os desafios que o imprevisível século XXI trouxe.

Gigantes como a Alemanha e o Reino Unido há muito que são referências europeias no campo económico. A inflação galopante afeta transversalmente as economias dos países. Ainda assim, neste último, uma recessão à espreita trará certamente milhares de pessoas às ruas de cidades britânicas.

Em nome da prosperidade, uma decisão que pecou pela irresponsabilidade e imponderação conduziu uma nação numa espiral caótica que ninguém parece conseguir controlar.

Há menos de um ano Boris Johnson demitia-se após ver a sua credibilidade política reduzida na sequência das suas mil e uma aventuras em período pandémico. Liz Truss sucede-lhe mas nem teve tempo de conhecer os cantos à casa. Ainda o mês de outubro não tinha terminado e já renunciava ao cargo de Primeira Ministra. Poucos dias depois, o número 10 de Downing Street conhecia um novo morador: Rishi Sunak. O passado recente do Reino Unido reúne as características necessárias para constituir um enredo de um filme dramático com sala esgotada. No entanto, se nos filmes tudo isto é visto com grande euforia, poucos são os entusiasmados perante este cenário quando transposto para o plano da realidade. O mais dramático são as cenas dos próximos capítulos que, de acordo com os dados económicos, parecem não augurar melhorias.

O problema de maior gravidade é o crescimento económico, ou melhor dizendo, a falta dele. De acordo com os dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), é esperado um crescimento que não ultrapasse os míseros 0,3%. O "Ás" das Finanças chefia um país que enfrenta uma contração de 0,6%. Os números são claros e não deixam margem para dúvidas: o Reino Unido é o país do G20 que possui pior desempenho económico.

Com as eleições à espreita e um governo enquadrado numa conjuntura difícil, a entrada numa nova fase da vida política conduz agora a conclusões inevitáveis, sendo que uma vitória nas próximas eleições é um cenário cada vez mais distante. Numa altura em que a popularidade do Governo está pelas ruas da amargura, os trabalhistas somam vitórias em círculos eleitorais que há meia dúzia de anos eram vencidos de longe por conservadores.

Não é necessário estar sentado na bancada da oposição para reconhecer os erros cometidos e que as ações não foram devidamente ponderadas, mas muitos são aqueles que não reconhecem, nomeadamente os que há meia dúzia de anos aclamavam o Brexit como se fosse a chave do cofre que são os problemas nacionais do Reino Unido.

Volvidos três anos, ei-los a tentar colocar um cortina de desresponsabilização e impunidade face a um tema cuja identificação dos culpados e inocentes é inequívoca para qualquer observador atento.

Boris Johnson com a sua irreverência — em parte consequência do seu corte de cabelo e o seu inquestionável carisma tão apreciado pelo eleitor britânico — conseguiu obter nas urnas a mais ampla maioria britânica desde a vitória de Margaret Thatcher em 1979. Talvez se tenha esquecido que com uma clara maioria no Parlamento, tem é de haver uma acrescida responsabilidade.

Segundo Boris, esta seria "a massive opportunity for the country"; já Liz Truss, que traçou uma trajetória de remainer a brexiteer, alinhava com a posição daquele que viria a suceder: "After Brexit we will be free to determine our economic future, with control over our money, laws and borders". Se era uma esplêndida oportunidade, foi desperdiçada; se não o era, então os Tories devem meia dúzia de anos de verdade e promessas aos britânicos. Tendo a estar mais alinhada com a segunda posição.

O projeto europeu surge como algo ousado que rompe com o status quo do século XX em que uma guerra se seguia a outra, porém possui fragilidades. Estas são colmatadas pela sua flexibilidade, que confere a capacidade de adaptação às crises de diferentes naturezas. Fora da União Europeia, o Reino Unido debate-se com problemas que não teria se ainda fizesse parte.

A supranacionalidade do projeto pressupõe a transferência de poderes soberanos para a esfera europeia, o que implica inevitavelmente a perda de controlo e capacidade de escrutínio de decisões tomadas nos escritórios de Bruxelas. A origem do descontentamento britânico face à burocracia de Bruxelas e perda de "poderes soberanos" é remota.

Necessidade latente de se autonomizar face à política fiscal e disciplina orçamental, que se revela pouco flexível para caminhos alternativos tornou o afastamento inevitável.

1,9 % foi o suficiente para que os 50% se transformassem maioritários e para que uma decisão de tamanha importância fosse tomada. Michel Barnier, negociador da União Europeia para o Brexit, autor de "My Secret Brexit Diary", cuja leitura vivamente recomendo, definiu o Brexit como o "dia tão desejado por uns e tão temido por outros". Soubessem o que sabem hoje estou certa de que seriam mais os que o temiam do que o ansiavam.

A promessa de prosperidade e de um futuro risonho esfumou-se a 1 de janeiro de 2020 e hoje poucos são os argumentos que sustentam o contrário.

O tempo é o melhor conselheiro e não tardou a dar a entender aos eufóricos Brexiteers que um pouco mais de moderação e sensatez teriam alterado o fatídico destino a que conduziriam a sua histórica nação. Três anos depois o Bre (xcitement) deu lugar a um Bre (gret).

A sabedoria popular tem sempre uma palavra a dizer em momentos em que as palavras nos faltam: o ditado popular 'a união faz a força' parece adequar-se bem à situação do nosso mais antigo aliado - o Reino Des (unido) clamou aos sete ventos que sem a burocracia de Bruxelas seria ambos: tanto forte como unido. É evidente aos olhos de todos que a decisão pecou pela falta de bom senso e o preço a pagar por isso é elevadíssimo.

Com a maior das sinceridades questiono: E agora, que dizeis vós, Brexiteers?





/ICCAO

CACAO

6623: Já Cá Estamos Outra Vez.

POR EDUARDO BARROSO

A Educação é dos setores mais importantes do Estado e é o ponto de partida para a formação das próximas gerações. Seria de esperar que todos os países, incluindo o nosso, estivessem envolvidos no trabalho de melhorar as condições da educação, no entanto, nem sempre é o que se verifica. Quando se fala da Educação, existe um grupo de pessoas cuja referência é obrigatória, e cujo papel para o setor é vital: os professores. Observando as notícias mais recentes, é possível reparar na elevada mobilização dos professores e ouvir inúmeros comentários sobre a chamada "luta dos professores".

Apesar de não ser professor, tenho um grande número de professores na família e, como tal, a luta dos professores não é apenas algo que ouvi nas notícias, mas que vivencio diariamente.

POVOS DE JOELHOS

Mas o que é a luta dos professores?

Existem vários problemas, mas

destacam-se quatro grandes grupos: o
congelamento das carreiras, as quotas,
as questões da colocação dos
professores e ainda a falta de
professores.

Para começar com a questão das quotas, é importante explicar que a carreira dos professores funciona por um conjunto de escalões, neste caso dez. Existem vários fatores que dependem de cada escalão, mas os dois mais importantes são o tempo de servico e a respetiva remuneração, sendo que quanto mais próximo do "10" o docente estiver, maior será a sua remuneração. São necessários quatro anos para um docente subir de escalão, com exceção dos 5° e 7° escalões cujo tempo é de apenas 2 anos. Associado a esta situação, a evolução dos escalões depende também de vagas, ou seja, não acima mencionados, tem também de se inserir no número de vagas.

A avaliação dos professores é feita no fim de cada escalão. No 5° e 7° escalão, quem "Excelente" não está sujeito à existência de vagas para o acesso, no entanto, devido às quotas na avaliação do docente, apesar de requererem a condição para obter Excelente e Muito Bom, vêm a sua avaliação a ser reduzida a um Bom "administrativo", o que significa o não reconhecimento do seu trabalho, necessitando entrar pelo método das vagas para entrada no escalão, vagas essas determinadas todos os anos pelo Ministério da Educação. Quando as vagas deste último esgotam, os que não conseguiram entrar ficam impossibilitados de subir de escalão. Este sistema é a grande luta dos professores pois é injusto que impede os professores de ter a devida remuneração adequada ao seu tempo de trabalho. Para mais, por causa da crise, em 2011 foi decretado o impedimento de subida no escalão, apesar de ter havido um pequeno descongelamento. Este descongelamento mantém-se até hoje e, apesar de já terem sido descongelados três anos, o Estado ainda deve 6 anos, 6 meses e 23 dias aos professores que deviam ter subido de escalão e não o puderam fazer.

A colocação dos professores é outra questão pertinente por dois motivos. Por um lado, o Estado precisava de professores e precisava nas zonas mais urbanas com especial relevância para distritos como os de Lisboa. Por outro lado, por se recusar a integrar os professores de quadros, recorria aos professores contratados para os colocar fora da sua área de residência por razões puramente economicistas. O economicismo tinha apenas um motivo: o salário que o Estado pagava a um professor contratado era menor que o salário de um professor do quadro. Por este motivo, era mais vantajoso para o Estado só recrutar professores contratados.

Porém, a Comissão Europeia, ao verificar esta situação, percebeu que Portugal estava a incorrer na violação dos direitos da proporcionalidade e da igualdade e, com esta conclusão, ameaçou o Estado Português que ou corrigiria a situação e dava salários iguais a todos os professores independentemente do vínculo profissional, ou então iria enfrentar um processo judicial no Tribunal de Justiça da União Europeia. Com esta ameaça feita em julho de 2022, o Estado abandonou esta ideia e, em vez de proceder às devidas correções salariais, tentou contornar com uma proposta de educação.

Com estas questões, chegamos ao resultado que também é um problema: as mudanças anuais. As colocações longe das áreas de residência dos docentes e a questão das quotas faz com que não haja professoras nem quem o queira ser. Analisando os dados estatísticos que nos são dados pelos vários órgãos governamentais, é possível perceber que depois do Boom do número de professores que se evidenciou nos anos 80, não só se vê que não há muitas pessoas depois dessa época a tornaremse professores, mas também que os que se tornam não são suficientes para compensar esses que entraram nos anos 80 e que começam a chegar ao merecido tempo de reforma.

Sobre o recrutamento dos professores, ainda é possível recrutar professores para os 1° e 2° ciclos mas depois é muito difícil recrutar professores de 3° ciclo e secundário porque apesar de haver muitas pessoas com licenciatura numa determinada área, não há quem queira tirar um mestrado em ensino. Sendo este mestrado um requisito obrigatório para a entrada na carreira da educação, é difícil encontrar pessoas que queiram lecionar nestes ciclos.

Para terminar, importa também falar do estado da Educação em Portugal. Não obstante a questão dos professores, observa-se que as escolas estão a perder a sua dimensão certificadora no sentido em que existe cada vez uma maior pressão para os alunos passarem de ano mesmo que não cumpram todas as exigências. Para além disso, e como agravante, começa a haver um facilitismo por parte do Ministério da Educação no que toca à formação dos alunos, que deixa de estar preocupado com o verdadeiro conhecimento dos alunos e admite a possibilidade de qualquer aluno passar de ano sem ter o devido teste que o certifique, neste caso, os exames nacionais.

ludo isto e algo que tem de ser resolvido pelo governo o mais rapidamente possível, mas infelizmente isso não se está a verificar. Se por um lado temos um governo que tenta iludir os professores com boas intenções e boas mensagens na comunicação social, temos também um governo que pouco se preocupa com os professores que trabalham em zonas como Lisboa onde o salário dos mesmos não lhes permite arranjar uma casa a preços acessíveis.



Em 2008, numa manifestação em que eu participei, mais de 120 mil professores saíram às ruas de Lisboa para protestar. Este ano, em 2022, novamente numa manifestação em que participei, foram mais de 150 mil. Num setor tão importante para o país, não há palavras para descrever a falta de consideração do Governo nesta questão. Mas, por outro lado, para descrever a imensa coragem com que os professores se mobilizam para os protestos, protestos esses que não só representam uma luta por algo que é deles mas também por um imenso gosto ao ensino e uma devoção e entrega ao país pela preparação daqueles que são o presente e serão o futuro.





A Verdade na Política e na Vida

POR ALEXANDRE GÓIS

TRUTH



Parece-me lógico ao iniciar este ensaio que é importante procurarmos uma definição para o conceito da palavra verdade. Se formos simplesmente ao dicionário são nos apresentadas algumas definições interessantes:

- 1. "Conformidade da ideia com o objeto";
- "Manifestação ou expressão do que se pensa ou do que se sente";
 - 3. "Axioma";
 - 4. "(Belas-Artes) Expressão fiel da Natureza".

A primeira definição implica uma perspetiva científica subjacente ao alcance da verdade: provar que a hipótese/ideia é fiel ao objeto/realidade diretamente observável. Isto pode dar origem à definição número três sobre axiomas - princípios primeiros que se consideram universalmente verdadeiros e através dos quais aplicando o método científico e a razão se compreende uniformemente toda a realidade circundante. O mesmo se encontra no racionalismo moderno e por isso nas ideologias e suas variantes como o marxismo e o liberalismo. O segundo ponto subentende a verdade como algo produto da consciência humana e de escolhas morais, até mesmo uma certa virtude ou bússola moral que deve conduzir as nossas ações em ordem de agirmos de acordo com o bem (= verdade). Por último, a verdade na arte não é tão relevante para esta discussão em particular, mas de uma forma simples as diferentes correntes na pintura (por exemplo) têm visões diferentes do que é a realidade física (natureza) ou não que pintam.

Seguindo esta lógica e pegando na primeira resposta conceptual, podemos argumentar de que há diferentes verdades ou formas artísticas de chegar a elas.

Contudo, se nós nos questionarmos o que é o belo e se o belo (seja qual for a corrente artística) implica necessariamente o que é o bom ou justo, então teremos uma resposta completamente diferente de ver a verdade através da arte, não só como uma simples representação do mundo.

Faz sentido, de facto, afirmar que existem várias verdades e todas aquelas definições estão certas? Ou existe só uma verdade e como a podemos conceber? Todos os entendimentos acima descritos estão corretos? Será o meu propósito ao expressar a minha opinião responder o melhor possível a estas perguntas.

Obviamente que podemos considerar os factos científicos ou históricos (datas e acontecimentos em si) como verdades.

Neste sentido há várias verdades mas não necessariamente imutáveis, pois no caso da ciência os axiomas estabelecidos como "verdadeiros" são apenas corroborados e não absolutos.

A importância de encontrar o cisne preto no lago de cisnes brancos, como avisava Karl Popper. Galileu ao provar que a Terra gira em torno do Sol e não o contrário é exemplificativo desta mesma ideia. A verdade que pretendemos compreender não é propriamente segundo este prisma; mas sim o que consideramos verdadeiro, ou se quer se há algo que podemos afirmar com certeza, não só na vida mas sobretudo na política. Como veremos melhor a seguir o prisma científico e as suas verdades não se podem (mesmo que haja quem discorde profundamente, não só no mundo das ideias como na prática) aplicar à política pois haverão consequências drásticas para a vida. A verdade aqui refere-se a um conjunto de valores (bem, mal, lealdade, amizade, amor, justiça, etc.) e como os podemos entender. Estamos no domínio da teoria política e da filosofia.

Na minha concepção, o conceito de verdade está diretamente relacionado com o nosso entendimento da razão. É aqui que discordo do racionalismo moderno que vê a razão como um pasteleiro que seguindo os passos certos pode cozinhar o bolo perfeito.

Neste caso por bolo compreenda-se uma verdade que adquire caráter absoluto de forma extrínseca, ou seja, porque tem um caráter utilitário para a maioria das pessoas, ou até mesmo para todos. Simplesmente porque têm o selo racional que seguiu o método. Tal como na ciência. Não existe nada mais se não um grande relativismo e subjetivismo. Os valores aqui ão mais armas de arremesso político e social, onde um tenta destruir os restantes e moldar a sociedade em sua função. Axiomas não podem ser por isso serem "verdades", pois como se observa nas ideologias resumem-se a máximas racionais de caráter universal (à força) compiladas num livro sagrado e que através da mesma razão justificam tudo o que se possa fazer na prática para chegar a uma espécie de paraíso na terra que cure todos os males.

Ter uma ideia, quer no domínio da política quer da moralidade, não pode ser justificada só porque condiz com a realidade porque essa não só varia em função do tempo ou das leis da natureza mas sobretudo porque pode ser perfeitamente moldada pelo homem. Aliás, é graças aos avanços da ciência moderna e o nascimento deste tipo de conhecimento que o homem sentiu que não estava mais sobre influência da Natureza mas ao contrário (tal como referido por Francis Bacon).

Devido a esta evolução rapidamente ambos os domínios se misturaram e a diferença entre como o mundo devia ser e realmente é para os pensadores políticos da modernidade desapareceu, florescendo assim o tal relativismo que mencionei.

Este para mim é o grande problema da moralidade de Kant e da sua criação de máximas morais universais que se tornam leis. Reconhece que é possível conhecer a realidade em si mesma e quem sabe algo transcendente a tudo o que pode ser captado pelos sentidos, mas por alguma razão decide traçar uma linha e colocar os nossos valores morais em caixas de entendimento variável humano.

O outro entendimento possível da razão, e a meu ver o mais correto, é o que a considera como um instrumento para compreender a verdade como algo que já existe por si só. Isto não impede que tenha que haver obrigatoriamente uma só verdade perfeita que resulta de toda a junção dos diversos valores: bem, justiça, dever, lealdade, o belo, e por aí em diante.

Todos eles podem existir em separado (e assim sendo, diversas "verdades") mas que influenciam a razão na escolha e não o contrário. Importante referir que no caso de todos se confluírem numa verdade absoluta não existe propriamente um "custo de oportunidade" entre, por exemplo, o amor e o dever ou o bem e a justiça, pois ao escolher o que é justo estou necessariamente a realizar o que é bom

Afirmando que este é o único entendimento correto da razão, a grande questão que nos devemos colocar então é a seguinte: na política e na vida é necessário estabelecer uma linha entre uma verdade moral universal e a escolha entre vários valores/verdades? Não e sim.

«Não» porque quer numa dimensão quer na outra precisamos sempre de distinguir um bem geral e tentar fazer o que está correto acima de tudo. Se amamos ou damos a cada um o que é devido, se somos leais aos nossos amigos (aqui estamos também a mostrar um tipo de amor), estamos sempre a cumprir de alguma forma com um bem comum. Se o bem comum é a verdade, não significa que seja algo simples exato; da mesma forma que no The Hitchhiker's Guide to the Galaxi numa das aventuras, os membros do grupo ao encontrarem um computador que lhes disse o significado da vida, como sendo unicamente e somente: 42.

Há várias formas de ver o bem e a ética. com contributo de vários pensadores ao longo da história da filosofia, sem nunca se contradizer. Até mesmo na escolha entre valores, eu posso não estar a fazer o bem de uma forma mas faço de outra através de outro valor que a ele conduz também. Se nos últimos 120 anos (para não falar do resto da humanidade) comecaram por morrer milhões de pessoas, a seguir morreram outros milhões e depois disso de forma dispersa continuaram a morrer milhares, é óbvio que falta aqui uma bússola moral qualquer. É fácil dizer depois da guerra começar que se tiveram de fazer escolhas entre valores, mas e antes?

Isaiah Berlin afirmava que a nossa queda do jardim do Éden foi essencial para nos desenvolvermos politicamente e socialmente. Por queda, entenda-se a discórdia e até o conflito. Uma crítica a todos aqueles que tentaram construir um paraíso na terra, criando um inferno. Crítica que também fiz anteriormente e por isso algo que concordo em absolutamente. Em primeiro lugar, acho que isto só se aplica ao racionalismo moderno e não aos filósofos présocráticos e pós-socráticos; aos quais, para mim, se aplica apenas o segundo entendimento da razão.

Segundo, é óbvio que a vida humana e nós seres em particular, somos o exemplo máximo de incongruência até ao tutano. A vida em si é uma mancha cinzenta. Obviamente haverão escolhas morais em que existirá perda ou outras um vazio completo. Contudo, eu discordo que isto implica uma linha vermelha para com o pensamento monístico socrático e platónico. Há uma linha mas ténue, pois vamos sempre precisar na maioria dos casos de algo que nos guie (superior a nós) e torne o que é cinzento, mais claro, onde não há propriamente escolha, mas apenas o que está certo e clarividente. A literatura e o comportamento humano, onde ela se baseia, demonstram isto. É nas nossas ações que esta verdade absoluta composta de outras pequenas verdades está diluída.

No início da última semana e se nessa altura tivesse terminado este artigo, muito provavelmente teria ficado pelo último parágrafo. No entanto e da forma mais dolorosa aprendi que quando saímos do mundo das ideias a "coisa" fica mais feia. Esta última conclusão e para efeitos académicos a deste texto, não deixou de ser verdade. Apenas sinto me no dever de adicionar algo mais, e extremamente importante. Devemos fazer o que está certo mas em momento algum devemos ser tão rígidos em julgar o outro.

Nem que tenhamos grandes certezas de que é caminhar totalmente nos seus sapatos. Temos que ter a consciência de que podemos ser sempre piores que aquele ao nosso lado. Somos quase nada nesta vida e todos podemos bater no fundo do poco.

Gostaria de deixar um conselho para os mais novos na esperança que algum possa ler isto eventualmente: não queiram crescer, não tenham pressas nenhumas; continuem a brincar com os vossos amigos, a imaginar e ver filmes de superheróis (só não façam muito barulho, há adultos que nunca cresceram) e mais importante que tudo: abracem e encham de carinho os vossos pais e irmãos sempre. A verdade, o que importa, na vida encontra-se aqui e por pouco tempo. O resto é passagem.

"O ser humano é só carne e osso e uma tremenda vontade de complicar as coisas"-Valter Hugo Mãe. (Homens Imprudentemente Poéticos)

On Life, Choice and Religion: An Analysis on Don Marquis's "Why Abortion is Immoral".

BY JOÃO DIAS



Firstly, the perspective of Don Marquis over abortion is based on the immorality of killing, not of the fetus itself but of another human. His initial thought is simple and it starts with the assumption that it is wrong to kill, and with that, he means, to kill fully formed humans. But why is it wrong to kill another human? Not because it is an intrinsic cultural value that we have and is something canonized in our societies since the ancients. Marquis saus that it is wrong to kill another human because if we do so, we will deprive the victim of the act, of all of the life could give in the future, meaning that we will deprive that specific human of their future.

He states that "The change in my biological state does not by itself make killing me wrong. The effect of be? the loss of my biological life is the loss to me of all those activities, projects, experiences, and enjoyments which would otherwise have constituted my future personal life". So, the act of killing is wrong mainly because of the harm inflicted on the victim, not because of the effects of his or her death on others. The victim suffers the misfortune of premature death, and the loss of all their future life is imposed on them through that act.

Moreover, Marquis says that the victims that suffer this act, lose the value that they would come to have in the future because even though the victim is deprived of their immediate plans and pleasures, the act of killing someone would also deprive the victim of other plans and pleasures that they don't currently value.

However, his argument does not rely on the thought that if it is wrong to kill persons, it is also wrong to kill potential persons. That is because the idea that Marquis uses is that of the deprivation of another human being's valuable future, not of the so-called "personhood" aspect.

The psychological assumptions of personhood that many of the pro-choice activists agree with; that is, agreeing with the thought that "only persons have the right to life"; raises the question of the importance of why psychological characteristics should make a moral difference.

Thirdly, Marquis defines personhood with the perspective of Feinberg in his paper "Matters of Life and Death". Feinberg says that "The characteristics that confer commonsense personhood are not arbitrary bases for rights and duties, such as race, sex or species membership; rather they are traits that make sense out of rights and duties and without which those moral attributes would have no point or function. It is because people are conscious; have a sense of their personal identities; have plans, goals, and projects; experience emotions; are liable to pains, anxieties, and frustrations; can reason and bargain". So, we can state that the characteristics of "personhood" are not enough to define someone as a human being biologically.

Finally, Marquis's perspective explains the evil of infanticide without difficulty. A newborn or a baby in the first weeks of life may not yet be self-conscious or possess the mental capacities or characteristics of human beings, but it certainly has a valuable future. So it would be wrong to kill it, as wrong as it would be to kill a fully formed human being, or it can be considered even worse, since the loss of a future with value tends to be greater in the case of the youngest. Therefore, we conclude that "The future of a normal fetus includes a set of experiences, projects, and activities, among other things, and that set is equal not only to that of the future of an adult human being but also to that of the future of a baby. Since the reason sufficient to explain why it is wrong to kill human beings after birth is a reason that also applies to fetuses, it follows that, from a moral perspective, abortion is prima facie profoundly wrong".

Marquis's perspective has a clear aspect of a theory based on Kant's deontological theory on the categorical imperative, in other words, if a specific act can't be universalized or it cannot be completed consistently, then it is morally wrong to do such an act. However, Marquis's theory has exceptions.

If a fetus is disabled or doomed to be diseased to the point that it cannot be assigned a valuable future, abortion will be permissible. Obviously, in some circumstances, it will be very difficult to decide whether the disability or disease is serious enough to make abortion permissible, but some situations leave no room for doubt. Therefore it can't be characterized as a deontological perspective on abortion.

The author's position is strongly criticized by Ann E. Cudd in one of her papers published by The Journal of Philosophy where she states that Marquis's argument is "Sensationalized Philosophy". Cudd's position is that there are two problems with the assumption that Marquis brings forward in his paper "Why abortion is immoral".

The first question that arises from her work is the question of whether fetuses are things that hold any rights or whether we have obligations to them. She states that this perspective is philosophically and politically irresponsible, in the sense that the question about abortion involves two lives at least, and that there are rights bundled to the woman carrying the fetus that cannot be disregarded.

Cudd says that ignoring these rights, "makes about as much sense as considering the issue of the moral permissibility of killing adult, fully-conscious humans without considering the justification of self-defense".

The second problem of Marquis's theory according to Cudd is if these rights or obligations that are bundled with the woman carrying the fetus are prima facie or absolute. Marquis then assumes, according to Cudd, that the right of a future is essential and therefore absolute. It overrides all of the other rights and obligations of the woman that carries the fetus.

If a fetus is disabled or doomed to be diseased to the point that it cannot be assigned a valuable future, abortion will be permissible. Obviously, in some circumstances, it will be very difficult to decide whether the disability or disease is serious enough to make abortion permissible, but some situations leave no room for doubt. Therefore it can't be characterized as a deontological perspective on abortion.

The author's position is strongly criticized by Ann E. Cudd in one of her papers published by The Journal of Philosophy where she states that Marquis's argument is "Sensationalized Philosophy". Cudd's position is that there are two problems with the assumption that Marquis brings forward in his paper "Why abortion is immoral".

Thirdly, Ann E. Cudd concludes that the perspective of Marquis's theory does not focus on the matter of abortion, because it disregards indispensable rights and obligations towards the mother such as privacy, health, and medical care that are, according to her, essential to this discussion.

Personally, as a Christian and liberal, I believe in the basic right of freedom for all and scientific knowledge, however, my position on this delicate matter is very unresolved. Marquis's position on the wrongness of killing a human being for the simple fact that the consequence of that act will deprive him or her of their future is the reason for my indecisiveness.

Christian Ethics states that the fetus is not a fully formed life. It is indeed controversial, but these ethics state that if the life of the woman is in danger due to the pregnancy, we should save the woman's life, therefore there is permission for abortion. This is called the Theory of Double Effect. It is important to state also that the intention of Christian Ethics on this is not to kill the fetus but save the mother therefore it can't be considered an evil act.

This opens up a precedent that states that the mother's life is more valuable than the fetus's life because the mother is a full life form whereas the fetus is still a developing life form.

So, if the fetus is a developing life form, can it be considered a human being? Or is it recognized as a life form like all others? Christian Ethics will say that it is a life form like all others. Marquis would say that if the fetus has biological characteristics of the human being then the fetus is a human being. But if the fetus isn't a human being, according to Christian ethics, does it mean that it does not have a future? Marquis would say that if it isn't a human being it doesn't have a future. Thus, the question stands on whether to consider that abortion can be a moral or immoral act.

Christian Ethics also do not have in their regard the rights and the free will of the woman. So as Ann E. Cudd says, we consider that before the woman was pregnant she had all rights like everyone else in society, but as soon as she is pregnant, her rights must change. That, in Cudd's perspective, is wrong because she is still a member of society and she still pays taxes. Also if we deprive her of those rights as an individual of a society, aren't we depriving the woman of experiences and plans, therefore her future?

These questions, in my view, are still unresolved when it comes to abortion. The main question for the future, with the advance in technology, will be to discover in fact where life starts, and if that life can already be considered human life. Although my faith remains strong, my mind on moral taboos like these still consumes me and increases my will to go deeper into these moral issues, because I believe that faith and science can walk together to make the world a better place, and maybe someday, resolve these matters.

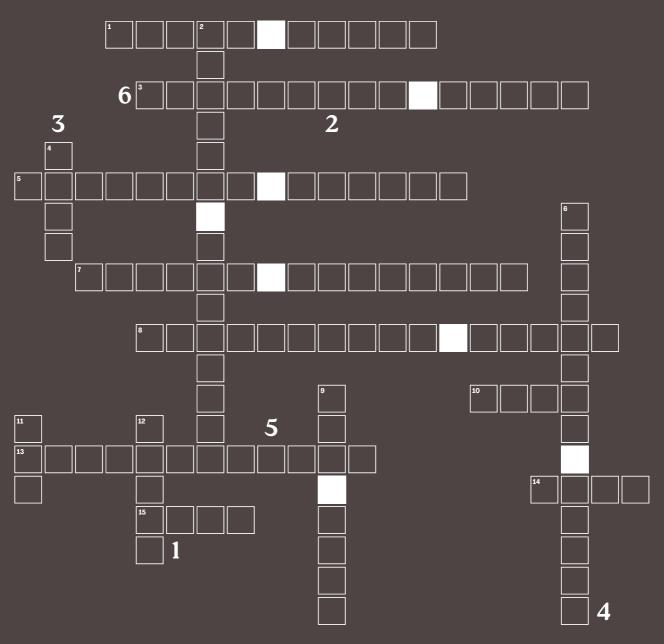




comic. Find the missing word in the sentence by completing the puzzle.

- 1. Are you a Tyrant? "Yes, I am".
- 2. "Sometimes, reasonable men must do unreasonable things".
- 3. He called 911 because his car was stuck. The cops killed him.
- 4. The knee Derek Chauvin used to suffocate George Floyd to death.
- 5. Stomped on the face, 24th September 2021, Indianapolis.
- 6. How many dollars do American inmates receive per hour of labour?
- 7. Fined 200€ for eating inside her car.
- 8. Raised police budgets after years of campaigning to "Defund the Police".
- 9. How many citizens are killed by police officers?
- 10. How many police officers intervened in Uvalde's school shooting?
- 11. Animal that the Black Panther Party used as a depiction of a bad police officer.
- 12. Adjective, colour and reason of suspicion.
- 13. Tactic used by police to turn peaceful protest into riots.
- 14. 1312.
- 15. They ride obnoxiously loud vehicles so you can hear them coming a mile away. They wear uniforms that include a patch so that you know what group they belong to. This is how open and obvious organised violence is. If you stay away from them they won't bug you. But the reality is, they are known for dealing with drugs, murder, extorsion, gun violence, etc.

"The more you 326125, the more it 12334."



I. Jayme Gohde 2. Marvin Heemeyer 3. Christian Glass 4. Left 5. Jermaine Vaughn 6. Fourteen cents 7. Raquel Oarvalho 8. Democratic Party 9. Too many 10. None 11. Pig 12. Black 13. Infiltration 14. ACAB 15. Cops



"Miss Sloane"

POR ISABELLA BALTAZAR

Uma mulher brilhante, ardilosa, calculista e obcecada não só pelo desafio mas pela vitória, protagoniza este filme intenso, inteligente e mais realista do que seria confortável admitir.

Miss Sloane conta a história de uma lobista implacável com uma reputação feroz entre os senadores do congresso dos Estados Unidos, sendo temida pelo capitólio. Madeline Elizabeth Sloane decide defender a aprovação da lei de controle de armas Heaton-Harris.



Para isso, ela sai da agência para a qual trabalhou durante 11 anos e leva metade da sua equipa para uma agência menor e menos renomada, mas que defende a aprovação dessa legislação federal que propõe a verificação universal de antecedentes em todas as vendas de armas de fogo.

Elizabeth faz inimigos poderosos, mas enfrenta-os com base na sua estratégia de previsão. Ela aposta sempre no elemento surpresa, não apenas para os seus inimigos mas para os próprios membros de sua equipe. Não trabalhando sozinha,nunca partilha inteiramente o que é necessário para atingir o objetivo final, de forma que a metáfora que melhor a define é uma "parede de granito".

Ao longo do filme são colocadas questões éticas e morais. É ressaltada a importância da massa crítica e da participação das mulheres na vida política enquanto são debatidas questões de segurança, liberdade e limites. Com o decorrer da narrativa, o mais evidente é a ferocidade do jogo político e o quanto o sistema é poroso e "podre" frente a lobbies tão ricos e influentes quanto o lobby das armas, e a políticos que recorrem à manipulação para manter as suas posições, sem alguma vez defenderem o interesse público por convicção.

A questão da convicção está muito presente em toda a história, ao mesmo tempo que o jogo de poder parece ignorá-la. Para ser capaz de lidar com toda a pressão, a personagem principal apresenta-se quase como uma máquina, não compelida pela moralidade, sem fraquezas, com alguns momentos de humanidade, mas sempre capaz sacrificar o que for necessário pela causa. Por isso, é sendo inquirida pela comissão de Ética do Senado que o filme começa e acaba com uma linha temporal flutuante que conta a história que a levou a ser investigada.

Defendo que este filme deveria estar na lista de qualquer um interessado em política. É um choque de realidade revitalizante que nos é apresentado juntamente com o debate de questões críticas e atuais que inquietam a nossa sociedade. Um filme de política, persuasão, influência, manipulação e opinião pública que faz-nos refletir sobre a deterioração dos sistemas políticos e sobre o que é preciso para enfrentá-los. Na perspetiva de Sloane isto implica abdicar de quase toda sensibilidade e empatia, mesmo que ela própria admita que a humanidade das nossas ações prevalece quase inevitavelmente. Esta longa-metragem é quase pedagógica para aqueles que mantêm um interesse na carreira política, mantendo uma abordagem muito crua aos aspetos mais difíceis desse caminho.

FICHA TÉCNICA

Diretor-Geral Editorial Tomás Pires

Diretores-Gerais Adjuntos Constança Martinho e João Dias

Diretora de Arte e Forma Nada El-Majri

Diretor de Conteúdo Martim Dinis

Diretora de Comunicação Francisca Cosme Ferreira

Chefe de Redação Inês Gaurim

Tesoureira Patricia Neruța

Tens interesse em escrever, fotografar ou contribuir de alguma maneira para a nossa revista digital?

Na **Da Democracia em Portugal** estamos sempre à procura de novas vozes empenhadas em defender a democracia e a liberdade através da escrita e da criatividade.

Se isto és tu, então contacta-nos através de dademocraciaemportugal@gmail.com para saberes como te podes candidatar para aderir à nossa equipa.

Ficamos à tua espera!

